

Deputado corre ao STF contra a sua cassação

O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), suspeito de ter desviado cerca de 15 milhões de dólares do Orçamento da União para entidades sociais ligadas a sua família, deu entrada, no Supremo Tribunal Federal, em ação cautelar com pedido de liminar contra a Mesa da Câmara para que seja sustado o processo de cassação de seu mandato. O pedido de Raunheitti tem por objetivo fazer com que o Judiciário intervenga na CPI do Orçamento, dando-lhe a oportunidade de entrar com uma ação declaratória, na qual tenha "oportunidade de defesa".

O ministro Sepúlveda Pertence, que está de plantão em Brasília, deverá despachar a ação hoje ou amanhã, mas a tendência é a de que negue o pedido, já que a expectativa de cassação do mandato do deputado Fábio Raunheitti e de outros parlamentares é uma

questão interna corporis do Congresso. As liminares em mandados de segurança costumam ser concedidas pelos juízes quando está em jogo um direito líquido e certo do acusado. No caso, o processo de cassação do mandato do deputado ainda não teve início, dependendo do relatório final da CPI do Orçamento.

Nas suas razões, o deputado Raunheitti alega: "Não foi referido como articulador de esquemas com empreiteiras, não foi acusado de ter oferecido dinheiro para obtenção de vantagens, não teve seu nome ligado a qualquer ação para favorecer municípios, mediante recepção de vantagens ilícitas". Segundo seus advogados, o deputado não é dono de nenhuma entidade filantrópica no Rio de Janeiro e só beneficiou entidades assistenciais legalmente matriculadas no Estado.

Conforme o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), coordenador da Sub-comissão de Subvenções da CPI do Orçamento, o deputado Fábio Raunheitti e sua família comandariam uma rede integrada por diversas entidades.